



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde a respeito de notícias veiculadas na mídia referente a golpes contra a saúde pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 50 da Constituição Federal, e nos Arts. 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja requerido ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde a respeito de notícias veiculadas na mídia referente a golpes contra a saúde pública para desviar dinheiro do SUS.

JUSTIFICAÇÃO

Foi veiculado no dia 02 de setembro de 2012, pela reportagem do Fantástico, exibida pela TV Globo, que golpistas têm falsificado consultas e internações para desviar dinheiro do SUS.

Segundo a reportagem, são roubados milhões de reais da saúde pública no Brasil. O golpe, que utiliza até crianças, consiste em registrar internações de crianças que foram levadas ao hospital para realização de exames de sangue. Dias depois do exame, as famílias recebem uma carta do SUS com os dados sobre uma internação que nunca existiu. Ocorre que, são internações falsas, forjadas para lucro ilegal em clínicas conveniadas com o SUS.

Além disso, médicos têm cobrado consultas e até mesmo partos de pacientes do SUS. O Conselho Regional de Medicina apura a situação dos médicos donos das clínicas. O presidente do conselho afirma que o desvio de dinheiro do SUS prejudica a qualidade do serviço oferecido à população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Outro tipo de golpe que também tem desviado milhões de reais da saúde pública são as fraudes de organizações sociais. Segundo os investigadores, a prestação de contas dessas organizações estão sendo feitas com notas frias, em valores maiores dos que os pagos.

Uma organização social é uma entidade sem fins lucrativos que recebe dinheiro público para realizar parte dos serviços garantidos pelo Estado à população.

Somente a título de exemplo, uma das organizações flagradas em Natal tinha com a Secretaria de Saúde contratos de R\$ 50 milhões. Para desviar essa fortuna, a empresa prestava contas usando notas frias emitidas por outras empresas, que prestam serviços e consultorias. Além disso, outras empresas usam as mesmas práticas em diversos Estados do país.

Outro programa do governo na área de saúde, o Farmácia Popular, que oferece remédios à população com descontos de até 90% também está sendo usado para roubarem o dinheiro da saúde pública. O governo paga sem que o remédio tenha saído da prateleira. O SUS repassa essa diferença para drogarias credenciadas. O golpe de muitas delas é enviar comprovantes de venda falsos e pedir o reembolso.

As receitas médicas só são pedidas se a drogaria vier a ser investigada, e os farmacêuticos desonestos dão sempre a mesma desculpa. “Você põe a culpa no funcionário, diz que ele roubou, que sumiu com a receita”, contou um farmacêutico.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, o orçamento da Farmácia Popular esse ano foi de R\$ 1,1 bilhão. A Procuradoria Federal afirma que não há como fiscalizar o uso dessa verba.

As denúncias apresentadas pelo veículo de informação citado são muito graves. Na condição de membro da Seguridade Social e Família tenho o absoluto interesse pelo assunto, mas não quero pautar minha atuação e nem a minha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

participação neste debate por aquilo foi veiculado Nesse sentido, faço as seguintes indagações para fundamentar meu juízo a respeito do assunto.

- 1) Quais as providências a serem tomadas pelo Ministério da Saúde em face de tantas denúncias?
- 2) De que forma o Ministério pretende estabelecer o controle efetivo do reembolso dos medicamentos no Programa Farmácia Popular?
- 3) As clínicas citadas na reportagem que recebem do SUS e ainda assim cobram ilegalmente dos pacientes continuarão credenciadas ao SUS?
- 4) Qual a forma de fiscalização do Governo quanto às notas fiscais emitidas por organizações sociais?

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2012.

Deputado Roberto de Lucena

PV/SP